



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



## **MENSAGEM Nº 044 – DO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS**

Pradópolis, 11 de setembro de 2017.

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.**

Tenho a honra de encaminhar, à elevada deliberação dessa colenda Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei Complementar que **“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS – REFIS -2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, a fim de que sua apreciação ocorra com a máxima urgência possível, nos termos do “caput” do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como observadas as disposições pertinentes do Regimento Interno dessa ilustre Casa Legislativa.

O presente Projeto visa conceder aos contribuintes do Município de Pradópolis, descontos de multas e juros incidentes sobre os tributos municipais, como forma de recuperação e saneamento das finanças dos contribuintes e do Município.

**O REFIS MUNICIPAL** como é chamado não caracteriza renúncia fiscal, tendo em vista que o impacto do mesmo na receita tributária não comprometerá o alcance das metas estabelecidas para arrecadação, uma vez que não há uma renúncia efetiva, pois o valor do imposto está sendo preservado em face da atualização monetária, conforme fica claramente demonstrado por meio da estimativa do impacto orçamentário-financeiro nesta contido.

Além disso, o **REFIS** constitui uma oportunidade única para muitos contribuintes quitarem seus débitos fiscais junto à Fazenda Pública Municipal. Não se pode desconsiderar também, que a retração na economia do país vem afetando sobremaneira as finanças dos contribuintes, incluindo-se aqui os Pradopolenses com reflexos inequívocos no pagamento dos tributos municipais.

Dessa forma, a presente Mensagem de Lei reflete a sensibilidades do Governo Municipal com este momento delicado por que passa a nossa economia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



Este particular vem resgatar aquilo que sempre pregamos que é a Justiça, seriedade no trato da coisa pública, porém, respeitando o contribuinte.

Analisemos, pois o impacto financeiro que tais medidas possam vir acarretar, sobretudo, à luz da Lei Federal 101/2000.

### **ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTARIO FINANCEIRO**

Em consonância com a Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), no seu artigo 14 que nos apresenta o seguinte:

***“Art. 14 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributaria da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentarias e a pelo menos uma das seguintes condições:***

...

*II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.”*

O projeto de Lei complementar estabelece parte de isenção nos valores de multas, juro de débitos para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa relacionado com tributos municipais.

Com o entendimento certo que a dívida ativa mobiliária alta, embora haja desempenhado todos os esforços em baixar a mesma através de cobrança por todos os mecanismos jurídicos, indica que esta redução não vem acontecendo ao longo dos anos, se tornando inoperante e sistematicamente vem ocorrendo perca de receita por não ter atingido e sensibilizado o contribuinte para elidir seus débitos.

Demonstraremos a seguir o histórico da movimentação ocorrida na dívida ativa no Município de Pradópolis nos últimos 5 anos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



ANO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	RECEBIMENTO	PRESCRIÇÃO	SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
2012	5.753.664,06	7.103.562,30	343.242,82		6.760.319,56
2013	6.760.319,56	8.801.297,77	279.521,10		8.521.776,67
2014	8.521.776,67	8.060.517,71	575.069,34		7.485.448,37
2015	7.485.448,37	8.400.339,76	674.434,64		7.725.905,12
2016	4.699.371,66	9.259.938,11	451.335,97		8.808.602,14

Cabe ressaltar que os valores aqui expressos estão ausentes de multas, juros e correção monetária.

No município de Pradópolis podemos observar o aumento da dívida ativa inscrita conforme foi acima demonstrado, com intuito de diminuirmos o valor pendente em dívida ativa editaremos a Lei possibilitando aos contribuintes a sua regularização junto a fazenda pública.

Para identificarmos o valor que o Município deixará de arrecadar em função do benefício estabelecido através do Projeto de Lei teremos que fazer algumas projeções de acordo com orçamento para 2017 e nos dois exercícios seguintes, conforme segue:

**\*Obs.: Projeção para o exercício de 2016, 2017, 2018 e 2019 usaremos o índice da IPCA referente ao mês de Abril de 2017, que é de 4,08.**

Conforme demonstrado no quadro acima a previsão, orçamentaria para recebimento de juros e multa da dívida ativa, para exercício em vigência, mesmo com redução de 90% representará superávit de receita nos cofres do município, mesmo se considerada a redução, tendo em vista que o benefício concedido é em relação a multas e juros e não aos tributos.

Exercício	Previsão de Recebimento sem Multa e juros dívida ativa	Abatimentos sem juros e multas	Liquidado a receber
2016	464.720,77	464.720,77	
2017	485.633,20	485.633,20	
2018	507.486,69	507.486,69	
2019	528.192,15	528.192,15	

Abaixo demonstraremos o montante previsto através do orçamento para a receita de tributos lançados em dívida ativa para o ano de 2017 e a previsão para os três exercícios seguintes:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



EXERCÍCIO	Código	Descrição	Valor R\$
2017	1931.00.00.00	Rec Dívida Ativa	211.000,00
2018	1931.00.00.00	Rec Dívida Ativa	219.608,80
2019	1931.00.00.00	Rec Dívida Ativa	228.568,84
2020	1931.00.00.00	Rec Dívida Ativa	237.894,45

Obs.: Projeção para o exercício de 2017, 2018, 2019 2020 usaremos o índice da IPCA referente ao mês de Abril de 2017, que é de 4,08.

Como a média de recebimento da dívida ativa nos últimos 5 anos foi de R\$ 464.720,77 (Quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte reais, setenta e sete centavos) os valores dos recebimentos nos últimos 5 anos demonstraram um acréscimo considerável da Dívida Ativa do Município em virtude do aumento da inadimplência, faz conveniente oferecer a população a oportunidade de quitar seu débito junto ao município.

Esta medida também se faz necessária em função da queda do recebimento dos valores inscritos em Dívida Ativa do Município nos exercícios de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Portanto cabe-nos tomar atitudes que venha melhorar a arrecadação municipal com intuito de diminuir o montante da Dívida Ativa inscrita e aumentar a receita a atingirmos os valores orçados. Os benefícios instituídos através deste projeto de lei não terão reflexo negativo na arrecadação nos valores dos juros e multa da dívida ativa, montante este que pode ser pequeno em função do maior número de contribuintes que buscarão se valer do presente projeto de lei para saldarem seus compromissos para com a fazenda Municipal. Em contrapartida teremos aumento considerável nos valores arrecadados que compõem o valor principal da dívida.

Tais cálculos estarão demonstrados abaixo uma vez que o volume de receitas arrecadadas pelo município justifica a compensação de renúncia de receita que este projeto representa, conforme exegese do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000), como o montante inscrito em dívida ativa é alto, em relação à arrecadação própria do município e por tal incentivo não vir a comprometer o equilíbrio fiscal do orçamento, muito pelo contrário, vindo a aumentar a arrecadação, apresentaremos abaixo um estudo sobre o impacto desse incentivo no orçamento do município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**PRADÓPOLIS**  
*Juntos por uma Pradópolis melhor*

**PREVISÃO DE RECEITA SOBRE A DÍVIDA ATIVA TOTAL COM INCENTIVOS**

Orçamento	Valor com Incentivos	Diferença (+/-)
211.000,00	464.720,77	253.720,77

**PREVISÃO DE RECEITA SOBRE JUROS, MULTAS DA DÍVIDA ATIVA  
COM OS INCENTIVOS**

Orçamento	Valor com Incentivo	Diferença (+/-)
225.000,00	225.000,00	

Cabe ressaltar que o Projeto de Lei Complementar em Questão não trará de forma alguma um desequilíbrio fiscal/orçamentário, pois o mesmo tem prazo específico para a solicitação dos benefícios autorizados na mesma, e ainda se concretizada a receita de R\$ 464.720,77 (**Quatrocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte reais, setenta e sete centavos**), obteremos uma receita Real de R\$ 253.720,77 (**Duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte reais, setenta e sete centavos**) a maior do que a previsão orçamentária.

É através dessas considerações e demonstrando que o erário municipal não será afetado por tal proposta que solicitamos a aprovação do presente projeto depois de avaliado o estudo de impacto orçamentário financeiro.

Em anexo, segue modelo do requerimento padrão para adesão ao REFIS-2017.

Note-se que o presente de Lei Complementar permite o parcelamento dos débitos tributários e não tributários, com descontos nos juros moratórios e multas, sem, entretanto, renunciar a correção monetária.

À oportunidade reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente.

  
**SILVIO MARTINS**  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o senhor Vereador, **THIAGO AQUINO ALVES**, Presidente da Câmara Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**PRADÓPOLIS**  
*Juntos por uma Pradópolis melhor*

**(MODELO)**

**À Diretoria Municipal de Finanças**

**REQUERIMENTO DE ADESÃO AO REFIS Nº \_\_\_\_\_**

INSC. MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_ RG/IE: \_\_\_\_\_

END: \_\_\_\_\_

O contribuinte acima qualificado requer sua adesão no programa REFIS, no intuito de que sejam concedidos os benefícios de que trata a Lei Municipal nº \_\_\_\_/2017, para PAGAMENTO ( ) À VISTA / ( ) em \_\_\_\_ PARCELAS dos débitos constantes no relatório descritivo fiscal em anexo, que constitui parte integrante deste documento.

Ciente, estou ainda, de que renuncio nesta oportunidade ao direito de interpor qualquer medida, ainda que extrajudicial, que vise obstar a cobrança de referidos débitos, bem como de que o não pagamento dos valores aqui acordados, nos prazos previstos na mencionada lei, ensejará a imediata rescisão do benefício ora pleiteado, com o restabelecimento pleno da dívida, implicando ainda na cominação dos acréscimos legais pertinentes, sem prejuízo do ajuizamento de ação executiva ou de sua retomada, nos termos da Lei acima.

Pradópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do contribuinte

Autorizo em, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017

\_\_\_\_\_  
Autoridade Fazendária (Assinatura e Carimbo)

**RUA TIRADENTES, 956 – CENTRO – PRADÓPOLIS – SP – CEP 14.850-000.**

**FONE: (16) 3981-9900 / FAX: (16) 3981-9900**

**EMAIL: gabinete@pradopolis.sp.gov.br**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2017.**

**“INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS – REFIS -2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A Câmara Municipal de Pradópolis, Estado de São Paulo, em Sessão \_\_\_\_\_ realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017, **APROVOU** e eu **SILVIO MARTINS** - Prefeito Municipal **sanciono e promulgo** a seguinte...

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Artigo 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS-2017, destinado a promover a regularização dos créditos de qualquer natureza, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, vencidos até 31 de dezembro de 2016, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou não, ajuizadas ou não as suas cobranças, podendo ser pagos parceladamente mediante a concessão de descontos que incidirão exclusivamente sobre o valor dos juros e das multas, observadas as condições e requisitos desta lei.

**§ 1º.** A redução incidirá, exclusivamente, no valor das multas moratórias e juros, conforme os limites abaixo fixados:

I - desconto de 100% (cem por cento), para pagamento à vista em parcela única;

II - desconto de 80% (oitenta por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas;

III - desconto de 60% (sessenta por cento), para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

IV - desconto de 40% (quarenta por cento), para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;

**§ 2º.** O crédito tributário de que trata este artigo será atualizado até a data do deferimento do parcelamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



§ 3º. Os descontos de que tratam o § 1º deste artigo não se acumulam com outros benefícios previstos nas demais legislações, nem alcançam as importâncias já recolhidas e nem aos débitos já quitados.

§ 4. Para obtenção dos benefícios previstos neste artigo, o contribuinte deverá aderir ao REFIS **até 22 de dezembro de 2017**, parcelando **todos os seus débitos**.

§ 5º. O parcelamento será pago mensal e sucessivamente, em parcelas iguais e fixas, a partir da data do deferimento do requerimento.

§ 6º. Para aderir ao programa instituído por esta lei o contribuinte deverá realizar a quitação integral dos tributos, contribuições e cobranças de serviços municipais, vencidas a partir de 1º de janeiro de 2017.

**Artigo 2º.** O pagamento da 1ª parcela deverá ser efetuado em até 10 dias do deferimento do parcelamento, sendo que o valor das parcelas não pode ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa física e de R\$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

**Artigo 3º.** O parcelamento ficará sem efeito, motivando a antecipação de todas as parcelas vincendas quando:

I - em caso de venda do imóvel sobre o qual tenham recaído as dívidas parceladas e ainda não vencidas, quando, inclusive a liquidação do saldo remanescente deverá preceder a respectiva transmissão do bem;

II - em qualquer caso, havendo declaração de falência, recuperação judicial ou insolvência, e penhora.

**Artigo 4º.** O não cumprimento do parcelamento nas condições estabelecidas nesta lei, implica em sua desistência, determinando o cancelamento automático do mesmo e o restabelecimento pleno da dívida, com cancelamento das deduções eventualmente concedidas, subtraídos o valores pagos.

**Parágrafo único.** Para todos os efeitos legais, considera-se desistente do parcelamento o contribuinte que se tornar inadimplente em mais de 30 (trinta) dias, hipótese em que o parcelamento será automaticamente cancelado, com o restabelecimento pleno da dívida.

**Artigo 5º.** O pedido de parcelamento importa em confissão irretratável do débito e configura confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 389, 394 e 395 do Código de Processo Civil e implica expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como na desistência em relação aos já interpostos.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS**

ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ: 48.664.296/0001-71



**Artigo 6º.** A formalização de novo termo de confissão de dívida, observados os critérios, limites e condições desta lei, consolidando o saldo devedor atualizado na data do requerimento do novo parcelamento.

**Artigo 7º.** A suspensão da exigibilidade, para fins de expedição de certidões, será reconhecida após a comprovação da regularidade do parcelamento.

**Artigo 8º.** Excetuam-se do disposto nesta Lei os créditos tributários ou não, já executados judicialmente, com bens penhorados ou com efetivação de depósitos em dinheiro, os quais somente poderão ser pagos ou parcelados, conforme dispõe esta lei, após manifestação do Departamento Jurídico do Município.

**Artigo 9º.** Os honorários advocatícios, quando devidos, integrarão a composição dos valores das parcelas, nos termos da Lei Complementar nº 140/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1.322/2007.

**Artigo 10.** O contribuinte poderá se beneficiar do parcelamento independentemente do pagamento dos emolumentos cartorários, despesas de protestos e custas processuais.

**Artigo 11.** Os pagamentos realizados após o vencimento sofrerão a incidência da atualização monetária e os juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, além da multa definida na legislação específica, calculada a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetivado o pagamento.

**Artigo 12.** A adesão ao parcelamento previsto nesta lei não configura novação prevista no art. 360, Inciso I, do Código Civil.

**Artigo 13.** Ficam alterados os anexos de metas fiscais "estimativa e compensação de renúncia de receita" que integram a Lei nº 1.491 de 27 de junho de 2016 que dispõe sobre as "DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017" e na Lei nº 1.498 de 30 de novembro de 2016 que "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**Artigo 13.** Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pradópolis, em 11 de setembro de 2017.

  
**SILVIO MARTINS**  
Prefeito Municipal de Pradópolis